
"SOLDADO É SUPERIOR AO TEMPO": DA ORDEM MILITAR À EXPERIÊNCIA DO CORPO COMO LOCUS DE RESISTÊNCIA*

Telma Camargo da Silva

Universidade Federal de Goiás – Brasil

Resumo: Em 1997, dez anos após o Desastre Radiológico de Goiânia, um grupo de policiais militares (PM's) que trabalharam nas áreas contaminadas pelo césio-137 reivindicam como causa de seus distúrbios físicos e psicológicos o contato que tiveram com a radiação em 1987. Este trabalho, através das representações construídas sobre a noção de corpo contaminado e das experiências cotidianas vividas por PM's em confronto com autoridades governamentais, militares, médicas e parlamentares, analisa a emergência do conceito de doença de radiação e a construção da noção de resistência em situação de desastre. Indo além do pressuposto foucaultiano de que a biomedicina articula formas de poder e controle sobre os corpos, suas percepções e tratamentos, eu discuto como as experiências de resistência destes policiais, através do uso simbólico do corpo, engendram novas formas de conceptualização do "corpo político".

Abstract: In 1997, ten years after the Goiânia Radiological Disaster, a group of police officers claims their 1987 work on the Cesium-137 contaminated areas as the cause of their illnesses. Based on the body contamination representations and on the police officers everyday experiences of power confrontation, this paper examines the notions of radiation illness and resistance engendered in disaster context. I argue that

* Uma versão deste trabalho foi apresentada no GT Antropologia do Corpo e da Medicina, durante a 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, realizada em Vitória – ES, em abril de 1998. O trabalho de campo foi financiado pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research – (Grant – N° 5969). Estou imensamente grata a todas as pessoas e trabalhadores de instituições envolvidas no Desastre Radiológico de Goiânia que compartilharam comigo lembranças, arquivos e experiências diárias. Estas reflexões não teriam sido viáveis sem esta ajuda. Com a intenção de preservar a privacidade das pessoas entrevistadas e mencionadas neste texto, fiz opção pelo uso de iniciais dos nomes verdadeiros e, em alguns casos, pelo uso de pseudônimo.

the police officer's everyday practices of resistance through the symbolic use of their body point out to the disclosure of new forms of the "political body". Thus, I review the Foucauldian assumption of biomedical control of bodies in context where there is individuals' struggle against the power of the medical knowledge.

No primeiro semestre de 1997, quase dez anos após o desastre radiológico com a cápsula de césio-137, em Goiânia, a mídia local divulgou relatos de policiais militares que associavam suas doenças inexplicáveis a uma causa comum – o contato com a radiação. Os sintomas variavam: tumor no cérebro, tumor no antebraço, filho com má formação, manchas pelo corpo, distúrbios psicológicos, profunda emotividade, transpiração intensa do lado esquerdo do corpo, impotência sexual. As narrativas apontavam para uma experiência comum de trabalho qual seja a atuação na guarda do Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos de Abadia de Goiás¹ e/ou em áreas definidas pela Comissão Nacional de Energia de Energia Nuclear como foco de radiação.² As denúncias feitas nos jornais e o desespero de indivíduos isolados se concretizaram em um movimento organizado envolvendo a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de Goiás (ACS)³ e alguns parlamentares. Em abril de 1997, 128 nomes constavam da lista organizada pela ACS.

Alguns meses antes, no final de 1996, dados sobre estas experiências de doença já tinham aparecido no meu trabalho de campo e estes policiais militares já faziam parte da rede social⁴ através da qual considero que o desastre radiológico de Goiânia tem se processado ao longo destes dez anos. Ao contrário das perspectivas que vêem o desastre como um evento contido num tempo determinado, no passado, a minha experiência etnográfica aponta para um desastre em processo.

Ao longo destes anos, um constante exercício de alianças, desafios, compromissos, poder e resistência envolve os diversos atores deste drama. Os

¹ Situada a 20 km de Goiânia, na BR-060.

² A CNEN classificou 8 focos como sendo os principais. Além destes, localizou "pontos de contaminação residual em 42 residências" situadas em diferentes cidades: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Inhumas. 100 kg de chumbo contaminado foram encontrados na cidade de Goiás Velho, oriundos do chamado Ferro velho III, um dos 8 focos de contaminação (CNEN, 1987).

³ A Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Goiás (ACS) foi fundada em 28 de fevereiro de 1991.

⁴ Barnes (1987).

símbolos, as representações, as narrativas, as decisões políticas e o cotidiano da população envolvida no desastre atualizam os fatos de 1987 tanto pelo silêncio, quanto pela articulação da memória dos fatos e, principalmente, na vivência diária de suas consequências. Desta forma, a busca de nexos causais entre doença e radiação, no caso dos policiais, não surge dez anos depois do desastre mas foi sendo construída desde os primeiros dias do desastre. É deste processo que pretendo tratar neste texto.

Na construção do nexo causal que os PM's reivindicam entre trabalho \times doença \times radiação, uma idéia é recorrente em seus relatos: eles se contaminaram, no sentido de ficar doente, porque não foram treinados nem equipados para atuarem em uma área que continha elemento radioativo prejudicial à saúde. Face a este inimigo desconhecido, inodoro, ameaçador que é a radioatividade, a certeza de que precauções e equipamentos especiais de enfrentamento se fazem necessários foi sendo adquirida com o passar do tempo e com a convivência com especialistas da área nuclear. A constatação que os “policiais do césio”, como este grupo passou a ser denominado, fazem da realidade diferenciada entre a construção do corpo militar e do corpo do especialista nuclear e das diferentes técnicas corporais⁵ usadas no combate ao mesmo inimigo – a radioatividade – provoca angústia, ansiedade e a constatação de desproteção e consequentemente de contaminação e de doença.

Os técnicos nucleares com seus macacões brancos e amarelos provocaram um impacto no imaginário das pessoas ligadas ao desastre. Ao mesmo tempo que eles eram associados à instituição CNEN, alvo de desconfiança e crítica na fase de descontaminação,⁶ eram estes especialistas que a população via limpando as ruas, as casas e as pessoas da contaminação. Eles se revestiam assim do papel da autoridade com características ambíguas: provocavam desconfiança mas ao mesmo tempo eram eles que poderiam salvar a cidade desta coisa desconhecida chamada césio-137. Os macacões são, através de um efeito metonímico, uma forma de falar das relações sociais estabelecidas durante o desastre.

⁵ “Entendo por essa palavra (técnicas corporais) as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos.” (Mauss, 1974, p. 211).

⁶ A fase de descontaminação é estabelecida pela CNEN como sendo o período que vai da identificação do desastre até a liberação total da cidade, ou seja: 29 de setembro a 21 de dezembro de 1987 (Tranjan Filho; Rabelo, 1997, p. 3).

Durante o meu trabalho de campo estes macacões apareceram em várias circunstâncias. Num primeiro momento, como parte da memória de crianças atingidas pelo desastre. Estes macacões povoaram o universo das brincadeiras infantis de crianças que moravam ao lado de um dos focos principais de radiação. Quando este local estava cercado com tapumes, e os trabalhos de descontaminação não tinham aí sido iniciados, as crianças da rua interdita ultrapassavam os limites da corda, entravam na área da “Casa da Fossa” e dentro deste espaço dramatizavam as ações que os homens de macacões brancos e amarelos estavam desenvolvendo em outros focos da vizinhança:

Eu brinquei aqui, oh, quando tava cercado. A gente ficava curiosa. Brincava lá dentro eu, minha irmã e as crianças da invasão. Falou que não podia e aí é mesmo que a gente entrava. Os guardas ficavam sentados na cadeirinha e a gente disfarçava e entrava. Antes, quando não tinha guarda, a gente entrava e brincava de cientista, de médico, de técnico da CNEN. Pegava o pedaço de pau, pedaço de toco, para ser o aparelho... a gente colocava umas rouponas, falava que era macacão, amarrava... Tudo o que a gente via durante o dia, quando era a noite a gente fazia tudinho. (K.R.S. e I.A.S. Entrevista realizada em 4 de outubro de 1997. Em 1987, estas jovens tinham respectivamente dez e sete anos).⁷

Num segundo momento, a roupa dos técnicos aparece como um objeto a ser guardado e que, usado, representa a marca de um poder imaginário. O sargento C.S.L. um dos policiais doentes, guarda um destes macacões brancos em sua casa. Há dez anos atrás, ele ganhou um e nele escreveu o seu nome ao lado da palavra 007. Ele me disse que era uma roupa boa para andar de moto. E lendo o macacão redesenhado com o símbolo do agente secreto, eu vejo que assim como as brincadeiras infantis, o policial também vivenciou as suas fantasias a partir do que percebeu vendo os técnicos atuarem na descontaminação de Goiânia.

Em 1987, a mídia veiculou a suspeita de que a CNEN não seria capaz de controlar o desastre de Goiânia porque não tinha capacidade técnica e equipamentos para atuar numa situação de emergência. E uma das evidências se

⁷ K.R.S. e I.A.S. estão classificadas como pacientes do Grupo III, segundo os critérios da Fundação Leide das Neves Ferreira, entidade criada pela Lei Estadual n° 10.339, de 9 de dezembro de 1987, para dar assistência à população afetada pelo desastre e, ao mesmo tempo, produzir conhecimento científico sobre suas consequências. Contudo, K.R.S. e I.A.S. nunca receberam nenhum acompanhamento médico por parte desta instituição.

encontrava na forma como o pessoal da área nuclear revestia o seu corpo para atuar na situação de emergência radiológica:

Chegava a ser ridícula a seriedade com que tecnicamente maltrapilhos os funcionários da CNEN rastreavam a trajetória do césio-137: ninguém usava capacetes ou máscaras, mas bonés esportivos; muitos trabalhavam sem luvas, e a maioria dos macacões, comuns aos frentistas de postos de gasolina, tinha sido comprada em supermercados, à falta de estoques especiais nos almoxarifados do governo. A maioria andava de tênis pelas áreas contaminadas, tomando apenas o cuidado de envolvê-los em prosaicos sacos plásticos quando era necessário pisar em locais de contaminação mais intensa. (*Isto É*, 14/10/87. “Diante da morte e perplexos”) (Izumino, 1997, p. 119).

Projeções infantis de um futuro profissional, sonho de ser um agente secreto e técnicos maltrapilhos: os macacões, em 1987, remetem a uma realidade de desastre entrecortada por experiências marcadas pela idade, pela profissão e pelo conhecimento dos avanços ou atrasos do setor tecnológico nuclear em situações de emergência. Dez anos depois, em 1997, estes macacões reaparecem como um dos referenciais simbólicos que marcam as diferenças entre grupos de profissionais atuando em situação de desastre envolvendo radioatividade. Neste momento, as implicações do uso metonímico das roupas leva ao confronto de interesses divergentes pois o reconhecimento de que os policiais atuaram sem estarem convenientemente “vestidos” para a situação implica no reconhecimento de que erros foram cometidos e indenizações devem ser feitas.

Para o entendimento da emergência da “doença de radiação” que afeta este grupo de policiais militares, eu parto do pressuposto teórico de que: (a) os sistemas simbólicos têm uma perspectiva política, podendo ser usados para legitimar uma situação de dominação existente ou contestada;⁸ (b) o conceito de cultura está associado a um sentimento de fluidez e permeabilidade de conjuntos sociais que exploram as ambiguidades das formas herdadas e lhes dão

⁸ “É possível e necessário politizar a abordagem antropológica e investigar de que modo sistemas simbólicos são elaborados e transformados de modo a organizar uma prática política, legitimar uma situação de dominação existente ou contestada. É importante investigar de que modo grupos, categorias ou segmentos sociais constroem e utilizam um referencial simbólico que lhes permite definir seus interesses específicos, construir uma identidade coletiva, identificar inimigos e aliados, marcando as diferenças em relação a uns e dissimulando-as em relação a outros.” (Durham, 1984, p. 87).

novos significados e valores de acordo com as circunstâncias em que vivem;⁹ (c) a memória social é articulada também pela significação do corpo e pelos sentidos múltiplos que diferentes grupos sociais articulam em contextos de relações desiguais.¹⁰

A construção do corpo militar e a experiência dos PM's com o desastre radiológico

O corpo disciplinado

Estudos antropológicos recentes são ilustrativos na caracterização do corpo militar como construído a partir dos princípios da hierarquia e da disciplina. Embora situados em contextos etnográficos diferentes daquele em que estão inseridos os “policiais do césio”, os estudos de Castro (1990), com cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras, e o de Leiner (1995), com núcleos de Oficiais Superiores do Exército, indicam elementos que nos ajudam a situar os PM's de Goiânia. Ambos apontam para a disciplina corporal como elemento constitutivo do “corpo militar”.

A análise de Castro sobre o processo de construção da identidade social do militar, o espírito militar, indica que o cadete vive um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. A definição de um mundo do aqui dentro diferente do mundo de lá de fora (Castro, 1990, p. 38) implica no reconhecimento da existência de atributos morais e físicos que distinguem e tornam reconhecíveis os militares mesmo quando não estão usando farda. Assim,

⁹ “En cuanto ubicamos la realidad de la sociedad en alineamientos sociales históricamente cambiantes, imperfectamente unidos, múltiples y ramificados, nos hallamos con que el concepto de una cultura fija, unitaria Y vinculada debe ceder el paso a un sentimiento de fluidez y permeabilidad de conjuntos culturales. Dentro de la rudeza de la interacción social, los grupos explotan las ambigüedades de las formas totalmente nuevas para responder a circunstancias nuevas. Además, si suponemos que esta interacción no es causativa en sus propios términos sino que responde a fuerzas económicas y políticas de más fuste, entonces, la explicación de formas culturales debe tomar en cuenta ese contexto más amplio, ese campo de fuerza más ancho. De este modo, “una cultura” se aprecia mejor como una serie de procesos que construyen, reconstruyen y desmantelan materiales culturales, en repuesta a determinantes bien identificables.” (Wolf, 1987, p. 467-468).

¹⁰ Importantes mudanças na ordem política e social são acompanhadas por mudanças nos esquemas mnemônicos inscritos na forma física (Comaroff, 1985, p. 124).

eles ficam sabendo através das Normas Gerais de Ação que quando dançando, deverão evitar exibicionismo, fugindo sempre do ridículo ou das atividades incompatíveis com a seriedade do uniforme e dignidade do próprio militar. Também que deverão cortar o cabelo semanalmente, não podendo usar barba ou bigode e a participação nos esportes é algo incentivado pois o atleta merece destaque especial (Castro, 1990, p. 19, 45-46).

A separação entre o mundo lá de fora do mundo aqui dentro é marcada, no caso dos cadetes de Agulhas Negras, pelo tempo dos *bichos*, onde o trote representa o rito de passagem que marca a ruptura entre dois mundos, a erradicação de qualquer hábito desleixado e a união entre indivíduos compartilhando experiências comuns (Castro, 1990, p. 26-27, 30, 132). Este tempo dos bichos, que dura um ano, é iniciado pelo período de adaptação, referente à fase que antecede a oficialização da matrícula e ocorre de duas a quatro semanas após a chegada na Academia. Este período é relatado pelos cadetes como de grande pressão física e psicológica, de humilhação verbal e de obediência cega. O tratamento de bicho é característica presente na vida dos novatos. Contudo, esta é uma situação passageira pois de acordo com a estrutura desta instituição, a distância hierárquica entre cadetes e entre estes e os oficiais se caracteriza por ser uma hierarquia quantitativa.¹¹ Assim, com o passar do tempo, todos terão a possibilidade de ocupar posições nos escalões superiores.

Este não é o caso da hierarquia vivida na Polícia Militar, caracterizada pela hierarquia qualitativa¹² onde a situação de desigualdade de condições permanece, com diferentes graus de dignidade entre os seres, inexistindo a possibilidade de ascensão aos escalões superiores. O limite estabelecido pelo curso de oficial, que tem como pré-requisito o segundo grau e com duração de três anos, define o grupo de policiais que chegarão ou não à patente máxima que é a de coronel. A carreira do policial militar é definida pela hierarquia estabelecida fortemente pela segmentação entre dois grupos de profissionais: os praças (soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente) e o grupo dos oficiais (aspirante, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel,

¹¹ “[...] a distância entre as posições hierárquicas ocupadas por uns e outros será, basicamente, uma questão de “quantidade de tempo” [...] Nesse sentido, pode-se chamar a hierarquia do corpo de oficiais de “hierarquia quantitativa”, uma hierarquia que pressupõe a possibilidade de ascensão para todos os seus membros, a partir de uma situação inicial de igualdade formal de condições.” (Castro, 1990, p. 22-23).

¹² Para a discussão da hierarquia qualitativa no setor militar ver: Castro (1990, p. 22-23).

coronel). A ascensão vai depender da realização de cursos paralelos à atividade profissional (conclusão do segundo grau, realização de um curso superior) e uma ficha de serviço “limpa”, isto é, sem nenhuma punição relativa a mau comportamento. Considerando a realidade do soldado da polícia militar que, na sua maioria, ingressa na corporação só com a primeira fase do primeiro grau, ele vai levar de 20 a 30 anos para chegar a subtenente e nunca vai ultrapassar a linha limítrofe entre praças e oficiais. Esta segmentação entre praças e oficiais estabelece a distinção entre o grupo que chefia e administra e o grupo que executa.

Este limite entre grupos distintos é definido também na convivência diária na corporação tanto através da delimitação do espaço quanto pelas normas comportamentais adotadas por um grupo em relação ao outro. Os refeitórios são específicos a cada um destes segmentos, a alimentação é diferenciada e o tratamento dispensado aos soldados é caracterizado por atitudes de humilhação constante. Enquanto os cadetes de Agulhas Negras vivem o tempo dos bichos durante o primeiro ano de Academia, a experiência do praça na Polícia Militar, definida pela sua relação com os oficiais, é percebida e representada por eles como sendo a do tratamento dispensado a um animal. Uma atitude de total submissão é a norma a ser seguida. Um dos policiais do césio narra esta sua percepção de humilhação, levantando elementos importantes para a caracterização daquilo que venho denominando de corpo disciplinado:

Na polícia existe este preconceito dos oficiais frente aos praças. Tudo é diferente. Se a gente chegar lá e falar assim: oh! Eu estou passando mal, não tem jeito de eu ir trabalhar hoje. Eles não estão nem aí. Se for o oficial que estiver passando mal, ele só fala: eu tenho que sair. E ele sai. Se eles [os oficiais] mandam a gente realizar um serviço e a gente não tem como realizar, do jeito que eles queriam, eles não querem nem saber. Igual lá no Depósito de Rejeitos Radioativos, a gente andava debaixo de chuva de lá pra cá. E lá fazia frio porque é alto. Eles falavam: não, você tem que fazer, soldado é superior ao tempo. E sempre teve isto dentro da polícia: Soldado é superior ao tempo, segundo os oficiais. Eles estão pouco se lixando pra nós. Nós somos apenas uma máquina, ou um animal, que eles soltam no pasto. Ali a gente pega chuva, sol, desde que não saía do pasto. Assim, se ficar no pasto tudo bem. A mesma coisa é o soldado. Você vê o meu caso. Eu já estava com dor. E não pedi dispensa. Na minha ficha não tem dispensa. Só quando fui internado para a operação. Eu não pedi dispensa pra não

ter que me humilhar. Eu falando com o oficial do meu problema e ele andando sem me dar atenção. Então o que eu fazia: Eu já tava sentindo muita dor. Eu então pegava e pedia pros meninos: Para aí numa farmácia. Deixa eu tomar uma Voltarem. Aí eu tomava esta Voltarem e era um alívio. Aí ficava bom por meia hora. A minha dor de cabeça era muito forte. Então pra você ver, a gente doente não deve ter de humilhar pra ninguém. O direito de ter a saúde, a assistência médica esta previsto em lei. Se a gente precisa falar com o tenente, ele já fala de cara: Paga dez aí. Então a gente paga dez flexões para poder falar com tenente. Eu estranhei muito quando entrei na polícia. Isso não é pra mim. Isso é abuso de poder. (M.S.R. Entrevista realizada em 8 de abril de 1997).

Através desta hierarquia qualitativa que existe na Polícia Militar, os praças aprendem que devem controlar as dores físicas e seguir executando as tarefas para as quais foram designados, seja sob intenso calor ou sob forte chuva. Afinal, o soldado é superior ao tempo. Aprendem também que na convivência diária, a comunicação verbal entre praças e oficiais deverá ser marcada por atos de humilhação que demonstrem a superioridade do oficial. E neste cotidiano da corporação, devem calar a humilhação para que a folha de serviço contenha muitos elogios e ser assim considerado um bom policial. O bom praça é também aquele que recebe condecorações por mérito, indicativo de que exerceu sua profissão com heroísmo, bravura e dignidade, marcas da masculinidade presente nesta profissão. A folha de serviço deve estar limpa de licenças médicas pois o corpo do atleta, o corpo másculo, preparado através de inúmeros exercícios físicos, não pode mostrar sinais de fraqueza o que implicaria em chacotas por parte dos companheiros e em humilhação por parte dos superiores. É este o corpo disciplinado construído para correr atrás de bandidos, trocar tiros com assaltantes, sair em diligência, proteger o patrimônio público e privado e manter a ordem. Afinal, a polícia não existe para isto?

Os Policiais Militares atuando em situação de emergência radiológica

Segundo relatos oficiais do desastre radiológico de Goiânia, a cápsula contendo o material radioativo céσιο-137 foi retirada, no dia 13 de setembro de 1987, de um aparelho de radioterapia usado no tratamento de câncer (CNEN, 1988; IAEA, 1988). Este aparelho estava abandonado nos escombros

do antigo Instituto Goiano de Radioterapia e dois indivíduos caracterizados como papeleiros e catadores de sucata, iguais a tantos outros que ainda trabalhavam nas ruas de Goiânia, entraram no prédio abandonado e levaram esta cápsula para a casa de um deles. No quintal da casa, debaixo de uma mangueira, eles tentaram abrir o cabeçote do aparelho, violando o recipiente de chumbo que continha o cloreto de céσιο, dando início ao maior desastre de que se tem notícia, envolvendo radiação, um aparelho de uso médico e indivíduos não ligados ao setor nuclear. O desastre espalhou cerca de 1,4 kCi de céσιο-137 na cidade de Goiânia (Silva et al., [s.d.]).

De acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) “no período de 30 de setembro a 22 de dezembro [de 1987], o Posto de Atendimento da CNEN, no Estádio Olímpico, monitorou 112.800 pessoas. Desta população somente 249 foram identificados (sic) com taxas de dose indicativas de contaminação externa ou interna. Dentre estas, 120 pessoas apresentaram contaminação somente no vestuário e calçados; 129 pessoas apresentaram contaminação interna e externa.” (CNEN, 1988, p. 30; IAEA, 1988, p. 2) Os dados oficiais do desastre registram quatro óbitos. “A CNEN estimou em cerca de mil as pessoas que foram irradiadas pelo céσιο, em doses acima daquela oriunda da radiação natural [itálico no original] (de 0,2 a 0,3 miliroentgen/h), incluindo vizinhos e transeuntes nas ruas onde estavam os principais focos, mais as que estiveram no ônibus onde Maria Gabriela e Geraldo levaram a fonte para o prédio da Vigilância Sanitária, mais alguns funcionários dessa repartição....” (Izumino, 1997, p. 80).

Os policiais militares foram um dos primeiros grupos de profissionais a entrarem na cena do desastre. A primeira participação da PM se dá algum tempo antes da identificação oficial de um desastre radiológico, o que foi feito no dia 29 de setembro de 1987. Algumas narrativas colhidas por mim junto a policiais pertencentes ao grupo dos PM’s do céσιο indicam que eles tiveram contato com as pessoas contaminadas e com a área dos focos de radiação antes dos técnicos da CNEN chegarem a Goiânia. Relatos falam de uma Rádio Patrulha que foi acionada em meados de setembro para resolver um problema de vazamento de gás na área da Rua 57 e de atendimento a pessoas vítimas de intoxicação alimentar.

A CNEN foi informada do desastre às 15 horas do dia 29 de setembro e às 0:30 horas do dia 30 chega a Goiânia o primeiro técnico da CNEN,

o Diretor do Departamento de Instalações Nucleares – DIN, Prof. J. J. R. (CNEN, 1988, p. 1). Contudo, durante o período que antecede a implantação do plano de emergência, do qual participaram CNEN, FURNAS, NUCLEBRÁS, DEFESA CIVIL do Rio de Janeiro e a ala de emergência nuclear do Hospital Naval Marcílio Dias, a Defesa Civil de Goiânia já estava atuando no desastre. Este momento, que o Coronel E. B. S. chama de a primeira hora da resposta ao desastre, foi o momento em que alguns profissionais militares, sem ter qualquer conhecimento de proteção radiológica, entram na cena do desastre. O Coronel responsável pelo Gabinete Militar do Estado de Goiás, Chefe de segurança do Palácio e coordenador da Defesa Civil de Goiás, que eu chamo de o Coronel da Primeira Hora, começa a coletar as histórias das pessoas envolvidas diretamente no desastre, tentando mapear indivíduos e locais que deverão ser evacuados e mantidos sob guarda. São os policiais militares que entram nas áreas mais tarde chamadas de foco de radiação e levam as pessoas contaminadas para o Ginásio Olímpico onde elas ficarão aguardando a intervenção da equipe de especialistas em emergência nuclear. São estes mesmos policiais que, desde o primeiro momento do reconhecimento do desastre e antes de se avaliar as proporções da contaminação, mantém a guarda das áreas delimitadas como sendo o espaço físico do desastre. Esta medida foi tomada para se evitar por um lado, que as casas fossem saqueadas e por outro, que pessoas entrassem nos locais e fossem irradiadas e/ou contaminadas.

Rememorando estes momentos iniciais da contenção do desastre, o Coronel da Primeira Hora narra:

Foi numa segunda-feira (dia 28 de setembro de 1987) que o palácio foi comunicado... Eu cheguei para o almoço em casa e era por volta de 14:00 horas, 15:00 horas aproximadamente, quando eu recebi o telefonema do governador dizendo que era pra acionar a Defesa Civil e dirigir a... que eu fosse a Vigilância Sanitária que tinha havido um acidente com uma cápsula de césio e que eu tomasse as providências de isolamento da área e que já tinha encaminhado pra Secretaria da Saúde e já tinha avisado o pessoal da CNEN, no Rio de Janeiro. [...] Então eu me dirigi imediatamente lá pra Vigilância Sanitária, no Setor Aeroporto, e tomamos uns dados preliminares com pessoal que lá estava. Quem é que tinha deixado essa cápsula lá...se podia aproximar ou não. A informação dos bombeiros é que não podia aproximar. Me deram o endereço do Ferro Velho onde tinha sido desmontada a cápsula e eu fui. A disposição do Governador era

pra ir atrás desse pessoal envolvido com esse material e isolá-los no Estádio Olímpico, na Avenida Paranaíba. Foi o que nós fizemos, então. Eu fui no Ferro Velho e fomos a diversos endereços posteriores conforme a documentação aí. Bairros de Goiânia, periferia, interior... Eu sei que no primeiro dia nós passamos a tarde toda, a noite toda e foi num período assim, direto. Assim recolhemos o pessoal com ônibus da polícia militar, com os carros do palácio. Um dando informação do outro. Então a gente, eu providenciei as barracas da Defesa Civil lá no Estádio Olímpico e recolhemos todo esse pessoal lá.. Essa foi a primeira providência que nós fizemos. Não tinha CNEN ainda. O COPOM foi acionado, o Coronel R. esteve comigo na primeira noite. Mobilizamos duas ou três rádio patrulhas. Fomos tirar as pessoas. Eu fui buscar o D. Eu tive que tirá-lo à força lá de dentro da casa. A mulher dele ainda me ajudou tirar ele à força, que ele não queria sair. Ele já estava adoentado, eu percebi que ele tava adoentado. Eu tive que dar uma chave de braço nele e tirar ele lá de dentro. Eu com alguns soldados. Eu pessoalmente peguei ele com a mão, pus dentro da viatura do palácio. Eu peguei a menina L. das N.F. e pus no carro do Governador. Eu levei ela no colo. Ainda tive de brincar com ela, ela chorou muito. Não queria ir. Quando o Prof. J.J.R. chegou, eu já tinha coletado todo esse pessoal envolvido. Eu fiz uma investigação: quem é parente de quem, quem teve contato com o pozinho e tal. Nós íamos fazendo um comboio, um ônibus, depois pedindo outro ônibus, mais outro e fomos andando atrás desse povo aí. Passamos a tarde e a noite e amanhecemos catando gente, levando pra o Estádio Olímpico. Quando vi que era muita gente tive que até acionar mais barracas ainda. Eu achava que era pouca gente envolvida... Terça-feira amanhecendo eu estava no Estádio acabando de levar as últimas pessoas. A gente catava o pessoal e o bombeiro junto com o pessoal da defesa civil ia isolando. Só ficou mesmo o pessoal da PM, Bombeiro e Defesa Civil nessa operação. PM, né? Que tudo é PM. Na época não era dividido Bombeiro de Polícia Militar. Nós nunca passamos de quarenta pessoas nesta fase. Na medida do possível a gente fazia uma escala de 12/36, 24/48. Mas normalmente o pessoal da Defesa Civil que ficou trabalhando, ficou direto, quase não tinha substituição. O pessoal da OSEGO, os motoristas que a gente requisitou, a ambulância pra transportar esse pessoal aí, todos abandonaram os carros quando a imprensa noticiou que era da forma que era. O assoalho do carro onde eu carreguei a L. das N. F. no colo teve de ser trocado. A gente não sabia que a roupa podia ficar contaminada, né? Eu carreguei a L. no colo e fui pra casa com a roupa. Era o tempo de lavar e vestir, né? O sapato era sempre o mesmo. Eu sei que o meu carro teve que trocar os pedais. Troquei o forro do

carro. Depois quando o quartel general do desastre tava instalado na OSEGO, o pessoal da CNEN recomendava pra entrar na área de risco calçado com aquela bota de plástico amarela. Aí eu tirava punha lá no lado. Um dia alguém passou com o contador perto de mim o contador disparou. Aí foram ver o meu sapato e tim, tim, tim, o aparelho disparou. E gritaram: Pelo amor de Deus tira esse sapato fora. Eu tinha ficado com esse sapato quase uma semana. Na minha casa, eu entro pela garagem do mezanino e vou pro elevador. Nós fizemos varredura no elevador. Depois tiramos o tapete e levamos tudo pro lixo radioativo. Por precaução eu pus farda, pus o quepe, pus tudo né? (E. B. S.¹³ Entrevistas realizadas nos dias 18/04/97; 24/04/97; 09/05/97).

O Coronel da Primeira Hora caracteriza o trabalho de evacuação da população nestes primeiros momentos de contenção do desastre como sendo um trabalho parecido com o que se faz ao dar ordem de prisão a alguém – obrigar a sair da residência contra a vontade e levar para ser isolado da comunidade: “A gente não tinha uma conduta especial a seguir porque a gente não tinha conhecimento com o acidente radioativo. No caso de acidente radioativo a gente não sabia como proceder. Mas, pela orientação do governador que tinha que fazer o isolamento das áreas, a gente tinha que investigar o pessoal envolvido com o césio, e recolher todo mundo no Ginásio Olímpico e isolar a área envolvida.” (E. B. S. Entrevistas realizadas nos dias 24/04/97; 29/04/97) Embora sendo uma situação de emergência radioativa, os PM’s executaram tarefas que, num primeiro momento, e de forma geral, pareceram-lhes ser as atividades profissionais do dia a dia. Paralelamente a esta conduta de busca e apreensão de pessoas e objetos, eles mantiveram a ordem onde havia ameaça de desordem e foram responsáveis pela guarda de locais que exigiam

¹³ O Coronel E. B. S. foi recomendado pelo prof. J. J. R., da CNEN, a ir para o Rio de Janeiro para fazer tratamento. No entanto, ele se recusou a deixar o trabalho em Goiânia. Os seus exames de sangue, realizados em 1987, acusaram leucopenia. Ele não está classificado em nenhum dos grupos definidos pela Fundação Leide das Neves Ferreira como “vítima” do desastre. Ele não recebe nenhum acompanhamento médico da instituição responsável pelo monitoramento da população atingida pelo Desastre Radiológico de Goiânia.

uma segurança especial. Por exemplo, quando houve o sepultamento das duas primeiras vítimas fatais¹⁴ do desastre, setores da população vizinha do cemitério, instigadas por um vereador local, se manifestaram contra o enterro, apedrejaram os caixões e pediram que os corpos fossem levados para o Depósito de Rejeitos Radioativos. Para evitar este tipo de manifestação durante o sepultamento das duas outras vítimas fatais, foi solicitado um forte aparato policial com o uso inclusive da tropa de choque da PM. A polícia não só cercou o cemitério horas antes da chegada dos corpos, como houve um acompanhamento policial ao carro blindado contendo os caixões durante o trajeto feito do aeroporto até o local onde seria realizado o enterro. A PM também fez a guarda dos focos contaminados e dos containers e tambores onde eram acondicionados os rejeitos radioativos resultantes do processo de descontaminação, e à espera da definição do local do Depósito Provisório para serem transportados.¹⁵ Posteriormente, um aparato policial foi mobilizado para escoltar o transporte deste material de Goiânia para o Depósito Provisório. Isto aconteceu durante o período de 25 de outubro a 19 de dezembro de 1987, e foram realizados um total de 275 transportes de rejeitos (CNEN, 1987). Durante este período, alguns destes policiais que montavam guarda na Rua 57 me contaram que cansados durante a vigília noturna, colocaram papelão no chão e dormiram em espaços ainda em processo de descontaminação. Outros, aproveitando o tempo das mangas, saborearam as frutas das árvores carregadas. Neste ponto da minha reflexão é interessante contextualizar a situação da contaminação ambiental neste local da Rua 57.

Descoberto o acidente, técnicos da CNEN isolaram com tapumes cinco residências da rua 57 (cerca de 10000 m² de área), retiraram o pedaço de tapete altamente radioativo e despejaram sobre o ponto crítico algumas

¹⁴ As duas primeiras vítimas fatais do desastre, L. das N. F. (6 anos) e M. G. F. (38 anos) faleceram no dia 23 de outubro de 1987. Em seguida, no dia 27 do mesmo mês, faleceu I. B. dos S. (22 anos) e no dia 28 do mesmo mês, A. A. de S. (18 anos) (CNEN, 1987). O sepultamento que envolveu a tropa de choque da PM aconteceu no dia 29 de outubro de 1987.

¹⁵ A definição do local para a construção do Depósito, nesta época chamado de Depósito Provisório, envolveu muita disputa política entre autoridades a nível estadual e federal, e só aconteceu no dia 16 de outubro de 1987 (Croft et al., 1988, p. 100). O transporte dos rejeitos das áreas em processo de descontaminação para este depósito teve início no dia 25 de outubro de 1987.

latas de concreto, para atenuar um pouco a radiação do ambiente. Pode-se dizer que, nesse momento, iniciou-se uma segunda fase de contaminação: as pessoas não podiam mais circular livremente pelo local mas ali permaneciam cães e galinhas; embora aquela área tivesse sido coberta com concreto, o solo continuou desprotegido, sujeito às intempéries; helicópteros de rastreamento sobrevoaram o local, provocando nuvens de pó radioativo e espalhando folhas das mangueiras contaminadas. Essa situação perdurou até o dia 24 de outubro, quando os responsáveis foram alertados por este autor de que as plantas situadas a 60 m de distância do ponto crítico estavam atingidas.

Já se haviam passado 40 dias quando foram tomadas algumas providências: eliminou-se a copa das mangueiras principais e começou-se a exercer maior controle sobre as condições ambientais, através de uma equipe específica e permanente de técnicos em poluição ambiental, que passaram a fazer rigoroso monitoramento do solo, das plantas e do ar. Porém, nessa terceira fase, até o dia 6 de dezembro, permaneceram as condições para a disseminação da poeira radioativa, pois o solo continuou a descoberto e sujeito às intempéries (Ferraz, 1988, p. 29-30).

A percepção dos PM's de que as suas tarefas estavam sendo desenvolvidas numa situação especial para a qual se exigia um preparo e um equipamento especial foi se desenvolvendo no processo mesmo do desastre. A chegada dos técnicos nucleares com seus macacões brancos e amarelos, com contadores Geiger, com canetas dosimétricas marca a definição de uma competência especial, de um cuidado com o corpo diferente daquele recebido durante o treinamento militar que se percebia não ser apropriado para se lidar com a radiação, com radioacidentados e com espaços contaminados. As mortes das quatro pessoas no Rio de Janeiro configuram a realidade de que este inimigo invisível e inodoro não só pode provocar doenças no futuro como matar no presente. Os militares tinham trabalhado diretamente com os radioacidentados e com a chegada dos técnicos nucleares descobrem que a distância e o tempo são elementos importantes a serem considerados para se evitar a contaminação e a irradiação. Atuando na guarda de focos de contaminação, eles percebem também que os profissionais nucleares deixam seus macacões brancos e amarelos, seus tênis e suas botas de plástico nas áreas de trabalho. Eles não voltam para seus hotéis com estas roupas de trabalho. Os policiais retornam para suas casas com o mesmo uniforme com os quais foram para as áreas de

risco. Estas observações aparecem nas entrevistas que fiz com estes “policiais do césio”:

Bom. Morre uma. Em seguida morre outro, morre outro e como a gente tinha separado esse pessoal numa situação de desespero, de pânico, separando as famílias, levando pro Estádio, é... ficamos uma temporada lá no Estádio. Logo veio uma chuva e o pessoal da CNEN isolou o Estádio. Ninguém podia entrar. Eles estavam com as roupas, já com macacões apropriados, roupas apropriadas. A gente tava só com a farda, né? Os técnicos da CNEN tinham esses macacões amarelos... (E. B. S. Entrevista realizada em 24/04/97).

O reconhecimento da diferença entre a fabricação de dois corpos atuando no desastre, o corpo do sistema perito nuclear¹⁶ e o corpo do policial, provoca pânico e medo entre estes PM's trabalhando na emergência radioativa. A manutenção destes profissionais nas áreas de foco foi feita, segundo o Coronel da Primeira Hora, mediante a recorrência à disciplina e à hierarquia militar e a ameaça de aplicação do regulamento.

Só tinha o pessoal da PM. Aí eu punha o pessoal em forma, fazia doutrinação deles não é, que isso a gente teve que enfrentar [emocionado], aqueles ensinamentos que a gente tinha de quartel, que tinha que por em prática. Ali era só nós e tinha que enfrentar a situação. Pessoal da OSEGO abandonou e ninguém queria dirigir a ambulância. Ficamos sozinhos lá na realidade. Aí eu tinha que fazer muita força pra num desesperar também, né? Não tinha pra quem socorrer na época, né? Bom aqui é só eu mesmo com a tropa aqui. Se eu fraquejar aqui o pessoal pode complicar... Antes de sair para a missão, para ir atrás de qualquer coisa tinha que conversar com eles, doutriná-los também, senão eles ficavam com medo. Quando fomos retirar o ponto de ônibus em frente ao cemitério, eu tive que usar dum argumento do regulamento pra dois soldados que estavam

¹⁶ Izumino, em sua análise sobre o desastre de Goiânia, utiliza este termo para designar seto-res provisórios que tiveram papel especial no desastre de Goiânia: a CNEN, os técnicos nucleares e a mídia. “A CNEN, portanto, teria a responsabilidade de ‘solucionar’ o acidente desde o tratamento para as vítimas até a verificação das culpas. Tomou para si as tarefas principais, no sentido técnico da palavra, e também enquanto autoridade do setor, e prometeu manter a ‘opinião pública’ informada. Esses ‘funcionários especializados’, no sentido weberiano, são participantes de um tipo especial de sistema perito (GIDDENS, em BECK et alii, 1994: 82-91) pela sua ligação com o Estado, portanto pelo papel político e normativo que possuem.” (Izumino, 1997, p. 53). E a imprensa também é um sistema perito que, tanto quanto o nuclear, participou da produção do Acidente como acontecimento (Izumino, 1997, p. 86).

comigo na época. Eles não queriam pegar na picareta pra arrancar o chão. A gente testou e tava irradiando, né? Aí eu falei: oh faz é assim. Eu peguei a picareta e cavuquei o chão, arranquei parte do material. Aí eu disse: Eu fiz por que vocês não podem fazer? Não tem problema nenhum. De qualquer forma tem de sair. Alguém tem que tirar não tem? Somos nós, não somos nós? Então vamos fazer e se vocês não fizerem eu vou aplicar o regulamento. Eu ameacei jogar na polícia militar por descumprimento de ordem. Esse negócio todo de quartel, não é? Aí depois, era major, tenente coronel na época, que veio e falou: Oh, Coronel, nós vamos fazer, tudo bem, já que o senhor fez, então nós vamos fazer. Falei: então vamos, vamos lá, vocês não são homens? Não são soldados? Agora nós vamos ver, nós vamos por à prova que a gente realmente é. Então, a gente tinha que por essa linguagem na época, não é? (E. B. S. Entrevista realizada no dia 29/04/97)

Uma conduta de militar, um corpo disciplinado, foi a justificativa que o Coronel da Primeira Hora também encontrou para me explicar porque não tinha seguido o conselho do técnico da CNEN de ir para o Rio de Janeiro para se tratar. Ele tinha que cumprir as ordens do Governador e continuar na “busca e apreensão de pessoas e objetos envolvidos com o césio”. Em suas palavras “acho que foi devido a uma conduta que a gente tem no quartel do dia a dia e a gente vai massificando aquilo mentalmente”. Em resumo, este corpo disciplinado que é interiorizado para obedecer ordens e cumprir o regulamento militar.

Quando soldado não é superior ao tempo

O sentimento de medo e pânico decorrente da constatação de ter trabalhado em áreas de risco radioativo, sem proteção adequada, transforma em pesadelo e insônia as noites de muitos dos “policiais do césio”. A experiência da incerteza do futuro invade a vida destes profissionais e de suas famílias e, angustiados, não encontram respostas para as inúmeras perguntas que fazem sobre as consequências que o corpo poderá sofrer no transcorrer dos anos. Este vivenciar do risco do trabalho executado no processo de contenção do desastre radioativo vem acompanhado pelo sentimento de ter sido enganado pelos superiores hierárquicos e pelo sistema perito nuclear. Por um lado, eles obedeciam ordens de comandantes que deveriam saber como agir;

eles também foram obrigados, pela disciplina militar, a executar tarefas das quais sentiam medo e desconfiança. Por outro lado, o sistema perito nuclear não passou informações sobre segurança radiológica para os trabalhadores não-nucleares atuando na mesma situação de emergência radioativa. Neste sentido, ser enganado remete à desconfiança face aos comportamentos adotados pelo Comando da Polícia Militar, subordinado ao Governo do Estado de Goiás, e pela instituição governamental CNEN.

Ser enganado remete também ao não cumprimento, por parte da Polícia Militar, das compensações financeiras e trabalhistas oferecidas aos PM's deslocados de seus batalhões de origem para integrarem a Companhia Independente de Policiamento Especial e Controle Ambiental – CIPOLICE -criada pelo Governador do Estado, em 19 de outubro de 1987.¹⁷ A Companhia contou, no início, com um efetivo de onze oficiais e trezentos e vinte e nove praças através da transferência de outros batalhões. De acordo com Boletins Informativos da Polícia Militar, com a criação da CIPOLICE, ficava concedida uma Gratificação de quarenta por cento do soldo e das vantagens incorporáveis do respectivo posto ou graduação do militar; e a dispensa médica ou licença por motivo de acidente em serviço ou moléstia adquirida com relação de causa e efeito com o serviço (Polícia Militar, BI – 002/87 de 03/11/87) Segundo alguns relatos, o tempo de serviço realizado na CIPOLICE seria contado em dobro para a aposentadoria e haveria três períodos de férias durante o ano. Contudo, estas medidas compensatórias adotadas para o trabalho realizado em área considerada de risco, só foram cumpridas no início da existência da Companhia.

Com o passar do tempo, algumas doenças consideradas estranhas atingiram alguns dos “policiais do césio”. Eles se confrontaram também com um atendimento precário e demorado para as dores que sentiam. Além disso, os depoimentos que coletei registram muitos casos de discriminação surgidos na corporação quando o policial afirmava que tinha trabalhado

¹⁷ A CIPOLICE foi criada através do Decreto N. 2.846 de 19 de outubro de 1987 para fazer “a guarda e a segurança, indispensáveis ao controle ambiental, de áreas especiais, consideradas contaminadas por elementos radioativos” (Polícia Militar, BI 002/87 de 03/11/87, contendo informações transcritas do BG n. 197, datado de 22 de outubro de 1997).

nos focos de radiação ou que, posteriormente, trabalhou no Depósito de Rejeitos Radioativos. As doenças que um grupo começou a associar ao cé-
sio-137 não recebiam respaldo em termos de investigação e pesquisa por parte
dos médicos do Hospital da Polícia Militar – HPM. Muitas vezes, as afirma-
ções feitas por policiais de que seus sofrimentos físicos e suas angústias tinham
como causa o desastre de Goiânia eram recebidas com chacotas por alguns
colegas. Para muitos, as doenças aumentavam e o dinheiro recebido não era
suficiente para fazer face à nova condição física.

As perguntas sem repostas, o não respaldo da corporação militar, a pre-
cariade do sistema de saúde oficial, a baixa remuneração, o desespero de
não ter condições de assegurar tratamento médico pessoal e familiar, o não
cumprimento das promessas feitas quando da criação da CIPOLICE são al-
guns dos elementos que contribuem para a explosão destes policiais que bus-
cam as causas de suas doenças. Num primeiro momento, eles usam a mídia
local como canal de expressão para as suas reivindicações. Para isto, eles des-
nudaram os corpos doentes em fotos de jornais e em imagens de televisão: a
cabeça raspada decorrente da cirurgia para retirada de um tumor maligno no
cérebro; a queda de cabelo devido ao tratamento com radioterapia; as man-
chas pelo corpo. Eles também expuseram na mídia as radiografias e os exa-
mes realizados durante o processo de investigação das origens de seus males.
Alguns foram intimados a silenciarem. Contudo, o fato de se estar na reserva
como era o caso de alguns PM's, ajudava a continuar a se expor publicamente.
Posteriormente, a Associação de Cabos e Soldados assume a luta destas vozes
isoladas e gestões são feitas junto a parlamentares para a realização de deba-
tes envolvendo a Câmara Municipal de Goiânia, a Assembléia Legislativa do
Estado de Goiás e a Câmara Federal, em Brasília.

A CNEN, preocupada com a repercussão destas denúncias de conta-
minação dos policiais nos meses que antecedem a inauguração do Centro
Regional de Ciências Nucleares,¹⁸ que abriga o depósito Definitivo de Rejeitos
Radioativos, se faz presente nestes debates na tentativa de descaracterizar

¹⁸ A inauguração se deu no dia 5 de junho de 1997, Dia Mundial do Meio Ambiente.

a busca denexo causal entre as doenças dos PM's e a radiação. As notícias sobre doenças de radiação devem ser contidas pois podem colocar por terra o chamado Projeto Goiânia¹⁹ que envolve um planejamento de medidas desenvolvidas pela CNEN para o processo de aceitação pública do depósito de rejeitos radioativos de Abadia de Goiás. Dentro desta perspectiva, a CNEN convoca o sistema perito nuclear. Uma comissão médica formada por 5 médicos é constituída. O caráter de independência dos médicos que compõem esta Comissão é afirmado pelo representante da CNEN durante uma sessão especial da Assembléia Legislativa de Goiás (Ata do Fórum de Debates Efeitos do céσιο-137 ao Meio Ambiente e a Pessoa Humana. 07/05/97²⁰). Contudo, como participantes do sistema perito do desastre, eles têm uma ligação com o Estado e possuem um papel político e normativo. Três destas pessoas foram ligadas à CNEN na época do desastre, e dois são funcionários da Fundação Leide das Neves Ferreira e empregados do Governo do Estado de Goiás.

Esta comissão realizou exames médicos em 115 PM's, durante dois dias, concluindo que “as manifestações acusadas não são de natureza associativa com exposições às radiações ionizantes.” Mas ao mesmo tempo enfatizou e reconheceu que “as queixas, achados e diagnósticos, observados nos policiais militares examinados, se constituem, de fato, em problemas de saúde, apesar de não serem efeitos de exposição ionizante.” (Relatório de avaliação médica de militares da Polícia Militar do Estado de Goiás. Sem data).

Os “policiais do céσιο” continuaram a se confrontar com o sistema perito nuclear e com as autoridades governamentais. Os macacões brancos e amarelos permanecem como os elementos marcadores da diferenciação dos corpos nas áreas de risco. Para o perito nuclear:

[...] existe uma mistificação muito grande em relação à roupa que é usada, que a roupa protege. Não, esta roupa não protege [...] não podiam ter a roupa porque a função deles não era essa, nós trabalhávamos em área contaminada, os policiais militares tomavam conta no limite de exposição que era passível de ser tomada

¹⁹ Para o Projeto Goiânia ver: Tranjan Filho e Rabelo (1997, p. 4).

²⁰ Este debate foi requerido pelo Deputado Nei Dias Percussor, Cabo da Polícia Militar e ex-presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Goiás.

pelo público, dose a ser admitida para o público, e ficavam do lado de fora, não estavam sujeitos às condições de perigo e de trabalho que estavam os técnicos da CNEN. (A. T. F. em intervenção durante a Sessão da Assembléia Legislativa de Goiás, em 07/05/1997).

Contudo, numa situação de contenção de uma emergência radioativa, muitos profissionais não-nucleares, como os policiais militares, atuam diretamente nas áreas de foco. Nestes contextos, situações que eu chamo de intersticiais acontecem além dos limites previsíveis num plano de emergência, caso o sistema perito nuclear brasileiro tivesse algum em 1987. Estas situações intersticiais como, por exemplo, as brincadeiras infantis no quintal da casa guardada com tapume, o sono dormido no papelão sobre o chão contaminado, ações policiais feitas no cumprimento da ordem militar, mangas proibidas comidas por desconhecimento e tantas outras que povoam as narrativas das pessoas que vivem o processo do desastre de Goiânia, não podem ser avaliadas pelos cálculos matemáticos dos físicos, dos médicos e outros profissionais do sistema perito nuclear. Levar em consideração estas situações intersticiais é entender o processo do desastre que ainda não é uma página virada para muitos habitantes de Goiânia.

A mistificação de que fala o técnico da CNEN se referindo à recorrência que os “policiais do céσιο” fazem dos macacões como marcadores de diferença, pode ser usada também para falar sobre o sistema perito nuclear no Acidente de Goiânia. Foi usando macacões amarelos com a inscrição Eu Amo Goiânia – CNEN, que os técnicos se despediram da cidade em finais de dezembro de 1987. Isto, na época, poderia ser lido como uma relação de pertencimento à cidade, uma relação afetiva nascida da situação de catástrofe. Também fazia parte da campanha de luta, coordenada pelo governo estadual, para reverter a situação de discriminação pela qual estavam passando os habitantes e os produtos oriundos do Estado de Goiás. Fazia parte também do auto-reconhecimento de que os técnicos deram o melhor de seus conhecimentos e de sua dedicação ao processo de descontaminação da cidade. Os macacões amarelos representam para muitos técnicos nucleares o símbolo de um momento de suma importância em suas carreiras profissionais. Durante o Seminário Internacional de Goiânia – *Dez Anos Depois*, realizado em fins de outubro de 1997, este macacão, usado no momento da despedida de Goiânia e

do regresso às famílias para as festas do Natal de 1987, volta a Goiânia e fica exposto no stand do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, da CNEN.

No processo de construção do desastre de Goiânia, estes macacões remetem a simbologias variadas e as mistificações, de que fala o representante da CNEN durante a Sessão Especial da Assembléia Legislativa de Goiás, passam a ser um ponto de vista. A significação do que está sendo chamado de “mistificação” depende da perspectiva do ator social envolvido, do contexto histórico em que ele está inserido e das implicações ideológicas de sua fala. Assim, mais do que uma simples representação da diferença, estes macacões, no caso dos PM’s, implicam em estudo de medidas compensatórias para indivíduos que ainda sofrem, sem resposta, as consequências do desastre radiológico de Goiânia.

Este texto aponta para alguns elementos importantes no entendimento de situações de desastre. Primeiro, de que os desastres envolvendo radiação ionizante não se encerram no momento em que o sistema perito nuclear dá por finalizadas as suas atividades de descontaminação e acondicionamento dos rejeitos radioativos. Segundo, de que durante as respostas a situações emergenciais, as experiências de profissionais não-nucleares atuando em área de risco apontam para a vivência de situações intersticiais não previstas e não detectáveis pelos profissionais de áreas biomédicas e outras consideradas “científicas”. Terceiro, as memórias de um desastre radioativo remetem a marcas e representações sobre o corpo que implicam um processo contínuo de elaboração e reelaboração. Por último, no caso de Goiânia, os “policiais do cézio”, através do símbolo dos macacões e da metáfora contida na expressão “soldado é superior ao tempo” tentam, através do uso da mídia e da participação na Associação dos Cabos e Soldados, buscar uma resposta para a causa de suas dores físicas e perturbações mentais. Contudo, ao procurar onexo causal entre trabalho, doença e desastre radioativo eles se confrontam com o discurso e as ações das autoridades policiais, técnicas e políticas que entendem o desastre de Goiânia como “uma página virada da história”.

Referências

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

CASTRO, C. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CROFT, J. R. et al. *International review of the Goiânia radiological emergency: summary report*. 1988. Mimeografado.

CNEN. *Relatórios das várias frentes de trabalho na descontaminação do acidente com o céσιο-137 em Goiânia*. nov./dez. 1987. Mimeografado.

CNEN. *Relatório sobre o acidente com o Cs-137 em Goiânia*. 1988. Mimeografado.

COMAROFF, J. *Body of power, spirit of resistance: the culture and history of a South African people*. Chicago: University of California Press, 1985.

DURHAM, E. Cultura e ideologia. *Dados: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 71-89, 1984.

FERRAZ, E. S. B. A contaminação ambiental. *Autos de Goiânia. Ciência Hoje*, v. 7, n. 40, p. 29-32, 1988.

IAEA. *The radiological accident in Goiânia*. Viena, 1988.

IZUMINO, E. A. “Acidentes” tecnológicos e modernização reflexiva: o caso do acidente de Goiânia. Dissertação (Mestrado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

LEINER, P. de C. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Dissertação (Mestrado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MAUSS, M. As técnicas corporais. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. v. 2, p. 209-233.

SILVA, A. G. da et al. *Contribuição ao estudo de contaminação com 137 Cs*. Rio de Janeiro: Instituto de Engenharia Nuclear; CNEN, [s.d.]. Mimeografado.

TRANJAN FILHO, A.; RABELO, P. N. P. *Aceitação do local e da construção do depósito definitivo de rejeito radioativo de Abadia de Goiás*. 1997. Mimeografado.

WOLF, E. Palabras finales. In: WOLF, E. *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

Notícias da imprensa (em ordem cronológica)

VEÍCULO	DATA	TÍTULO	AUTOR/A
DIÁRIO DA MANHÃ	05/03/97	Césio: PM Denuncia Contaminação.	Gêza Maria
DIÁRIO DA MANHÃ	08/03/97	Médico Confirma Denúncias.	Gêza Maria
DIÁRIO DA MANHÃ	19/03/97	Policiais vão à Justiça.	Renatha Melo
DIÁRIO DA MANHÃ	20/03/97	CNEN Nega Denúncia.	Gêza Maria
O POPULAR	20/03/97	Suposta Contaminação de PMs será Apurada.	Carla Borges
O POPULAR	21/03/97	Vigilantes do Césio Querem ser Examinados por Comissão.	
O POPULAR	23/03/97	FUNLEIDE Examinará PMs do Césio 137	Carla Borges
O POPULAR	19/04/97	CNEN Convoca Médicos para examinar Policiais Militares.	Carla Borges
JORNAL OPÇÃO	20-26/04/97	Choque de Versões.	Clarissa Bezerra
O POPULAR	28/04/97	Médicos Começam a Examinar Hoje PMs Supostamente Contaminados pelo Césio	
O POPULAR	29/04/97	Médicos Vão Calcular Radiação para Averiguar Suspeita de PMs	
DIÁRIO DA MANHÃ	29/04/97	Sentinelas do Césio Fazem Exame.	Noêmia Félix
VEJA	30/04/97	Tragédia Sem Fim.	Gerson Camarotti
JORNAL OPÇÃO	04-10/05/97	Avaliação Supersônica.	Clarissa Bezerra
O POPULAR	05/05/97	Descontaminando Goiânia das Lembranças do Césio 137.	Telma Camargo da Silva
JORNAL OPÇÃO	11-17/05/97	Crônica de Uma Dor Anunciada.	Clarissa Bezerra
O POPULAR	22/08/97	Laudo Diz que PMs Sofrem Estresse.	Sócrates Arantes
O POPULAR	15/08/97	O que eu Tenho, Doutor?	Silvana Bittencourt
DIÁRIO DA MANHÃ	07/07/97	Arsenal de Remédios: Triste Herança do Césio.	Rejane Braz
O POPULAR	21/09/97	PM's de Goiás são Vítimas do Césio.	Aldo Arantes \ Jandira Feghali